



**93ª Subseção
Pinheiros**

Comissão de Direito do Terceiro Setor

Dra. Lúcia Maria Bludeni

Presidente

Dra. Vanessa Ruffa Rodrigues

Vice-Presidente

Atualização Legislativa de 01/06/2019 a 30/06/2019

DOU/DOM/DOE São Paulo	Lei, Decreto, MP, Instrumento Normativa, Portaria, Solução de Consulta	Assunto
01/06/2019	DECRETO Nº 9.813, DE 30 DE MAIO DE 2019	Altera o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
.....	PL 2084/2019	Torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres na composição de entidades de representação civil.
05/06/2019	LEI Nº 13.835, DE 4 DE JUNHO DE 2019	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.
05/06/2019	LEI Nº 13.832, DE 4 DE JUNHO DE 2019	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

07/06/2019	SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.029, DE 15 DE MAIO DE 2019	<p>SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.029, DE 15 DE MAIO DE 2019</p> <p>Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS. ISENÇÃO. ATIVIDADES ECONÔMICAS. LIVRARIA. GRÁFICA. REQUISITOS.</p> <p>Para efeitos da isenção da CSLL - outorgada às organizações religiosas de caráter educativo, cultural e de assistência social, constituídas na forma de associação sem fins lucrativos - são admissíveis as atividades de livreria e de gráfica, desde que, sem prejuízo dos demais requisitos legais, tais atividades se identifiquem com aquelas para as quais foi criada a entidade, e que os resultados obtidos se apliquem integralmente nos fins institucionais.</p> <p>SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 159, DE 24 DE JUNHO DE 2014.</p> <p>Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), artigo 111, inciso II; Lei nº 9.532, de 1997, artigo 15; e Parecer Normativo CST nº 162, de 1974. Assunto: Processo Administrativo Fiscal CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a consulta formulada na parte em que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida e quando tiver por objetivo a prestação de assessoria tributária. Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, artigo 18, incisos I, II e XIV. JOSÉ CARLOS SABINO ALVES Chefe</p>
11/06/2019	DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019	Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.
13/06/2019	DECRETO Nº 9.834, DE 12 DE JUNHO DE 2019	Institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
14/06/2019	PORTARIA Nº 297, DE 12 DE JUNHO DE 2019	Dispõe sobre o estudo de publicização para qualificação de organizações sociais, com o objetivo de absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União.
14/06/2019	PORTARIA Nº 300, DE 13 DE JUNHO DE 2019	Institui as instâncias de governança do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, e dá outras providências.

	<p>não tenham autonomia administrativa ou que não sejam gestores de orçamento." (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.</p> <p>MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE</p>	
28/06/2019	DECRETO Nº 9.894, DE 27 DE JUNHO DE 2019	Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.
28/06/2019	DECRETO Nº 9.893, DE 27 DE JUNHO DE 2019	Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
28/06/2019	DECRETO Nº 9.891, DE 27 DE JUNHO DE 2019	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural.
28/06/2019	DECRETO Nº 9.887, DE 27 DE JUNHO DE 2019	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.
28/06/2019	DECRETO Nº 9.883, DE 27 DE JUNHO DE 2019	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.